



CONVÊNIO DE CESSÃO Nº 006/2022 Processo nº: E-DOCS 2022-1HR5V

> CONVÊNIO DE CESSÃO DE **MILITAR** ESTADUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O **ESPÍRITO** DO SANTO. INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR ESPÍRITO SANTO, COM INTERVENIÊNCIA SECRETARIA DE **ESTADO** SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL. E O MUNICÍPIO DE PANCAS, PARA O FIM **EXPRESSO** DAS CLÁUSULAS QUE INTEGRAM.

<u>CEDENTE</u>: POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO – PMES, inscrita no CNPJ nº 27.476.373/0001-90, com sede na Av. Maruípe, nº 2111, São Cristóvão, Vitória/ES, CEP 29.045-230, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Comandante Geral **CEL QOCPM DOUGLAS CAUS**, inscrito no CPF sob o nº 946.689.497-87, RG Nº 13.991-6, e, como

<u>INTERVENIENTE/ANUENTE</u>: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SESP, CNPJ Nº 27.142.025/0001-86, com sede em Vitória/ES, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2355, Bento Ferreira, CEP: 29.050-625, representado pelo Exmo. Sr. Secretário **MARCIO CELANTE WEOLFFEL**, inscrito no CPF sob o nº 002.937.537-17, RG Nº 13.990-8 PM ES, com domicílio na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.355, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP: 29050-626.

<u>CESSIONÁRIO</u>: MUNICÍPIO DE PANCAS, 27.174.150/0001-78, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida 13 de maio, n° 324, Centro, Pancas, Espírito Santo, CEP 29.750-000, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito **SIDICLEI GILES DE ANDRADE**, inscrito no CPF sob o n° 031.582.787-40.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Convênio é a cessão de 01 (um) Militar Estadual integrante do quadro da **CEDENTE**, para exercer cargo, de natureza policial militar, de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pancas, respectivamente, atuando junto ao **CESSIONÁRIO**, <u>sem ônus</u> para a **CEDENTE**, e <u>com ressarcimento para o órgão de origem, de acordo com o § 1º, alínea "a" e § 2º do art. 75; art. 76 e 76-A</u> da Lei nº 3.196/78; Decreto nº 2.336-R/2009, e o Decreto nº 2.145-N/85 c/c Decreto nº 3602-R/2014, e por analogia, o Decreto nº





3701-R/2014, que alterou o Decreto nº 3414-R/2013; Decreto nº 9.940/2019, que alterou o Decreto nº 88.777/1983 (R200).

Parágrafo Único - Os Militares Estaduais cedidos e as respectivas atribuições são:

- **UERLI BARROS DE ARAUJO**, ocupante do posto Cabo QPMP-C PM, RG RG 18.247-1/ NF 876220, para exercer o cargo, de natureza policial militar, de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pancas, conforme Plano de Trabalho (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - Para a consecução do objeto expresso na cláusula primeira, compete:

2.1.1 – À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL:

- a) Intermediar os atos processuais que dependam de manifestação do Governador do Estado para a consecução do presente convênio;
- b) Publicar o extrato do presente convênio no Diário Oficial do Estado;
- Traçar diretrizes para as ações que sejam necessárias desenvolver com o fim de atender às finalidades dispostas no presente instrumento, em consonância com a política de segurança adotada pelo Estado e pelo Convenente;
- d) Desempenhar outras atribuições afins, para cumprimento do objeto do presente convênio.

2.1.2 - À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

- a) Ceder o Militar Estadual da ativa solicitado pelo Convenente, com base nas Leis Estaduais nº 3.196/78, para atuarem no âmbito do convenente, nos termos do presente Convênio;
- b) Gerenciar e fiscalizar o cumprimento do presente convênio, comunicando às partes qualquer intercorrência;
- c) Providenciar a imediata substituição do Militar Estadual, quando solicitado pelo convenente;
- d) Exercer, com exclusividade, o poder disciplinar;
- e) Desempenhar outras atribuições afins, para o cumprimento do objeto do presente Convênio.

2.1.3 – AO MUNICÍPIO:

a) Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio;





- b) Ressarcir a Polícia Militar no montante integral referente à remuneração paga ao Militar Estadual cedido, às demais vantagens pecuniárias;
- c) Permitir o acesso do Militar Estadual cedido às suas dependências para a execução do objeto avençado;
- d) Prestar as informações solicitadas pelo representante do Estado relacionadas à disposição e ocupação do referido policial militar;
- e) Fiscalizar os serviços prestados;
- f) Definir as áreas de atuação do Militar Estadual cedido;
- g) Fornecer os equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades programadas, visando o bom funcionamento dos serviços;
- h) Comunicar ao CONCEDENTE, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do convênio, solicitando, quando for necessária, a inclusão, exclusão, substituição, treinamento de policial militar, bem como solicitar as apurações de indícios de fatos delituosos, de natureza disciplinar ou penal, envolvendo tal policial militar;
- Desempenhar outras atribuições afins, para cumprimento do objeto do presente convênio;

Parágrafo Único – A fiscalização prevista na alínea "e" do item 2.1.3 ocorrerá sem prejuízo do exercício do poder disciplinar previsto na alínea "d" da cláusula 2.1.2.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

- 3.1. O presente convênio vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até o dia 31/12/2024, sem prejuízo da prévia publicação dos atos específicos de cessão do servidor envolvido.
- 3.2. Sempre que necessário, mediante vontade expressa das partes e proposta do CONVENENTE devidamente justificada, e mediante autorização expressa do Exmo. Sr. Governador do Estado por meio de Decreto, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente convênio.
- 3.3. A proposta do CONVENENTE deverá ser apresentada com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 3.4. A prorrogação do presente Convênio será formalizada por meio de termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do convênio ou da última dilação de prazo.
- 3.5. As alterações do presente convênio serão submetidas à apreciação da Procuradoria Geral do Estado apenas nas hipóteses de modificação do objeto





pactuado, sendo desnecessário o encaminhamento para análise da prorrogação da avença quando inexistentes alterações relevantes.

Parágrafo Único: Enquanto não publicado o Decreto ou Portaria de cessão, o Militar Estadual deverá permanecer em exercício no seu órgão de origem.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXTINÇÃO

- 4.1 O presente instrumento extinguir-se-á pela conclusão de seu objeto ou pelo decurso de seu prazo de vigência, podendo ainda ser extinto por mútuo consenso.
- 4.2 Qualquer dos partícipes poderá denunciar o presente Convênio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo imputadas aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o ajuste e sendo-lhes creditados, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.
- 4.3 Constituem motivo para denúncia do presente convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas.

Parágrafo Único: Em qualquer dos motivos para o encerramento deste Convênio, ficarão assegurados todos os direitos e obrigações dos partícipes convenentes, até a data do retorno do Militar Estadual cedido.

CLÁUSULA QUINTA – DO RESSARCIMENTO (Art. 76-A, da Lei 3.196/78)

5.1. Obriga-se o **CESSIONÁRIO** a custear, integral e mensalmente, por meio de ressarcimento à CEDENTE, o pagamento das parcelas de natureza salarial e de todas as demais vantagens pecuniárias e demais descontos legais acerca da situação do Militar Estadual cedido, **que será mantido na folha de pagamento da Polícia Militar do Espírito Santo.**

Parágrafo Primeiro: A CEDENTE, por meio de sua Diretoria de Recursos Humanos, apresentará mensalmente ao **CESSIONÁRIO** o valor a ser ressarcido, até o dia 25 do mês de competência do pagamento, discriminando a remuneração do Militar Estadual cedido, e todos os encargos.

Parágrafo Segundo: A **CEDENTE** informa que o custo mensal total – remuneração e encargos totais – com o Militar Estadual cedido, no exercício de seu cargo, é, na data da assinatura da presente avença, conforme descriminado no Anexo II.





Parágrafo Terceiro: Os rendimentos e encargos informados no parágrafo anterior poderão sofrer revisão e reajustes remuneratórios com base em índices determinados e/ou autorizados pelo Governo do Estado ou quaisquer outras alterações decorrentes de lei, tais como concessão de vantagens, promoções e progressões funcionais, que deverão ser informados pela CEDENTE, por meio de sua Diretoria de Recursos Humanos, ao CESSIONÁRIO, por ocasião da solicitação de ressarcimento.

Parágrafo Quarto: Caso o CESSIONÁRIO não efetue o respectivo ressarcimento, fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a deduzir do repasse de ICMS, o montante correspondente às despesas do Estado com o Militar Estadual cedido. (só se aplica este § se o cessionário for município do ES – Dec. 3701-R, de 20/11/04).

CLÁUSULA SEXTA – DA FREQUÊNCIA

6.1. Para efeito de comprovação de comparecimento ao serviço, o **CESSIONÁRIO** atestará e comunicará à **CEDENTE**, mensalmente, até no máximo o dia 20 (vinte) de cada mês, a frequência do Militar Estadual cedido, bem como quaisquer ocorrências funcionais havidas no curso do presente Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1. O **INTERVENIENTE/ANUENTE** encaminhará o extrato do presente instrumento, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para publicação no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias daquela data, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PLANO DE TRABALHO

8.1. É anexo ao presente Convênio, e dele parte integrante independentemente de transcrição, os Planos de Trabalho, cujos termos acatam os partícipes e comprometem-se a cumprir.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.





E, por assim terem ajustado as partes convenentes assinam obrigando-se a cumprir fielmente todas as cláusulas e condições deste Convênio.

Vitória/ES, xx junho de 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CEL QOCPM DOUGLAS CAUS

CEDENTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL MARCIO CELANTE WEOLFFEL

INTERVENIENTE/ANUENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS

THIAGO PEÇANHA LOPES CESSIONÁRIO

Ciente:

CB QPMP-C UERLI BARROS DE ARAÚJO MILITAR ESTADUAL CEDIDO





ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

TÍTULO DO PROJETO:

Plano de Trabalho para empenho de Militar da Ativa

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONVENENTE:

MUNICÍPIO DE PANCAS, 27.174.150/0001-78, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida 13 de maio, nº 476, Centro, Pancas, Espírito Santo, CEP 29.750-000.

CONTATO: SIDICLEI GILES DE ANDRADE, inscrito no CPF sob o n° 031.582.787-40.

FONE: (27)3726-1543.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a cessão de 01 (um) Militar Estadual integrante do quadro da **CEDENTE**, para exercer cargo, de natureza policial militar, de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pancas, respectivamente, atuando junto ao **CESSIONÁRIO**, <u>sem ônus</u> para a **CEDENTE**, e <u>com ressarcimento para o órgão de origem, de acordo com o § 1º, alínea "a" e § 2º do art. 75; art. 76 e 76-A</u> da Lei nº 3.196/78; Decreto nº 2.336-R/2009, e o Decreto nº 2.145-N/85 c/c Decreto nº 3602-R/2014, e por analogia, o Decreto nº 3701-R/2014, que alterou o Decreto nº 3414-R/2013; Decreto nº 9.940/2019, que alterou o Decreto nº 88.777/1983 (R200).

1. OBJETIVO:

Desenvolvimento:

O presente convênio objetiva estabelecer as condições indispensáveis à viabilização de cessão de servidor público estadual ocupante do cargo de Cabo PM - QPMP-C, lotado na Terceira Companhia do Oitavo Batalhão da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo ao Município de Pancas para ocupar o cargo de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.





ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

- I planejar, articular, coordenar e gerenciar ações de defesa civil em nível municipal;
- II promover a ampla participação da comunidade nas ações de defesa civil, especialmente nas atividades de planejamento e ações de resposta a desastres e reconstrução;
- III elaborar e implementar planos diretores, planos de contingência e planos de operações de defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;
- IV elaborar plano de ação anual objetivando atendimento de ações em tempo de normalidade, bem como em situações emergenciais, com a garantia de recursos do orçamento municipal;
- V prover recursos orçamentários próprios necessários às ações relacionadas com a minimização de desastres e com o restabelecimento da situação de normalidade, para serem usados como contrapartida da transferência de recursos da União e dos Estados de acordo com a legislação vigente;
- VI capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil e promover o desenvolvimento de associações de voluntários, buscando articular ao máximo a atuação conjunta com as comunidades apoiadas;
- VII promover a inclusão dos princípios de defesa civil nos currículos escolares da rede municipal de ensino fundamental e médio, proporcionando apoio à comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico para esse fim;
- VIII vistoriar edificações e áreas de risco e promover ou articular a intervenção preventiva, o isolamento e a evacuação da população de áreas de risco intensificado e das edificações vulneráveis;
- IX implantar banco de dados, elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidade e mobiliamento do território, nível de risco e sobre os recursos relacionados com o equipamento do território e disponíveis para o apoio às operações;
- X analisar e recomendar a inclusão de áreas de risco

Cabo QPMP-C PM UERLI BARROS DE ARAUJO, RG 18.247-1/ NF 876220.





no plano diretor estabelecido no parágrafo primeiro do artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil:

XI - manter órgão estadual de defesa civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil informados sobre a ocorrência de desastres e sobre as atividades de defesa civil;

XII - realizar exercícios simulados com a participação da população para treinamento das equipes e aperfeiçoamento dos planos de contingência;

XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres e ao preenchimento dos formulários constantes no S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, dentre outros:

XIV - propor a autoridade competente a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo COMPDEC;

XV - vistoriar periodicamente, locais e instalações adequadas a abrigos temporários, disponibilizando as informações relevantes à população;

XVI – coordenar a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;

XVII - planejar a organização e a administração de abrigos provisórios para a assistência à população em situação de desastre;

XVIII - participar dos Sistemas previstos na Lei nº12.340, de 1º de dezembro de 2010, promover a criação e a interligação de centros de operações e incrementar as atividades de monitorização, alerta e alarme com o objetivo de otimizar a previsão de desastres;

XIX - promover a mobilização comunitária e a implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC, ou entidades correspondentes, especialmente nas escolas de nível fundamental e médio e em áreas de riscos intensificados e, ainda, em implantar programas de treinamento de voluntários;

XX - implementar os comandos operacionais a serem utilizados como ferramenta gerencial para comandar, controlar e coordenar as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;





XXI - articular-se com as Regionais Estaduais de			
Proteção e Defesa Civil - REPDEC ou órgãos			
correspondentes e participar ativamente dos Planos de			
Apoio Mútuo - PAM, de acordo com o princípio de			
auxílio mútuo entre os municípios;			

2. RECURSOS HUMANOS:

O recurso humano empregado no referido plano de trabalho é composto por militar da Ativa da PMES, devidamente cedido pelo Estado ao Município de Pancas na forma da legislação que versa acerca do tema.

3. RECURSOS MATERIAIS:

Os recursos materiais envolvidos no presente instrumento são de responsabilidade da CONVENENTE, não havendo ônus para a Polícia Militar do ES.

4. VALOR TOTAL DO PROJETO:

Conforme prevê a CLAUSULA QUINTA – DO RESSARCIMENTO do Termo de Convênio serão destinados recursos, no valor anual de **R\$ 80.085,20 (oitenta mil e oitenta e cinco reais e vinte centavos)**, correndo as despesas à conta da dotação orçamentaria da Prefeitura Municipal de Pancas.

5. DURAÇÃO

O presente Convênio terá duração até 31/12/2024 na forma de legislação específica, podendo ser prorrogado, na forma da lei.





ANEXO II

IMPACTO FINANCEIRO 2022

300,00

R\$

6.039,15

	TABELA DE JANEIRO DE 2022							
	SUBSIDIO		ESCALA ESPECIAL		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		TOTAL	
САВО	R\$	4.530,61	R\$	463,36	R\$	300,00	R\$	5.293,97
	TABELA DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2022							
superpio		ESCALA		AUXÍLIO		TOTAL		
	SUBSIDIO		ESPECIAL		ALIMENTAÇÃO		TOTAL	
САВО	R\$	4.994,55	R\$	510,81	R\$	300,00	R\$	5.805,36
TABELA DE JULHO A NOVEMBRO DE 2022								
	SUBSIDIO		ESCALA ESPECIAL		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		TOTAL	
САВО	R\$	5.194,33	R\$	531,24	R\$	300,00	R\$	6.025,57
TABELA DE DEZEMBRO DE 2022								
	SUBSIDIO		ESCALA ESPECIAL		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO		TOTAL	

^{*}Valores de Subsídio atualizdos conforme LC 940/2020, L 11.525 e L 11.526/2022.

5.459,95

R\$

CABO

CUSTO ANUAL POR MILITAR

279,20

	SUBSIDIO		ESCALA		AUXÍLIO		TOTAL	
	3	OBSIDIO	ESPECIAL		ALIMENTAÇÃO		TOTAL	
CABO	R\$	60.934,96	R\$	5.952,81	R\$	3.900,00	R\$	70.787,77

COMPLEMENTO ANUAL POR MILITAR

	13º SALÁRIO		1/3 FÉRIAS		IND. DE FARDAMENTO		TOTAL	
TENENTE CORONEL	R\$	5.459,95	R\$	1.819,98	R\$	2.017,50	R\$	9.297,43

TOTAL ANUAL POR MILITAR

		CUSTO ANUAL	COMPLEMENTO ANUAL		
CUSTO	R\$	70.787,77	R\$	9.297,43	
TOTAL	R\$			80.085,20	

Obs: Militar encontra-se na Refrência 6 da Tabela de Subsídio da PMES



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 02/06/2022 16:08:06 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por FELIPE GONÇALVES PEREIRA (CABO QPMP-C PM - PMDLOGDIVCONTCONV - PMES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2022-FQD2JD